RACISMO E O CICLO DE DESIGUALDADES: as expressões da questão social e a população negra

Vitoria Batista de Lima[1]

Thais Figueiredo da Cruz[2]

RESUMO

O capitalismo no Brasil se firma de maneira dependente e com bases escravocratas, explorando este processo visualiza-se que as relações sociais que formam este país impuseram aos negros uma existência de exclusão social e negação de direitos. Portanto este escrito tem como objetivo central compreender como as expressões da questão social atingem a realidade objetiva da população negra. Nesta conjuntura analisa-se os processos sócio históricos que perpassam e definem o papel dado ao negro na sociedade brasileira, e partindo disto observa-se qual a função do Estado, como interventor no processo de desigualdade social e racial, na formulação e execução de políticas de ações afirmativas. Contudo revela-se o caráter contraditório que os governantes apresentam ao empenhar-se para romper com o ciclo de desigualdades, ou negligenciar esta população.

Palavras-chave: Questão racial. Questão social. Ações afirmativas. Assistência social.

ABSTRACT

Capitalism in Brazil was established in a dependent manner and with a slave-owning base. By exploring this process, it can be seen that the social relations that make up this country have imposed on black people an existence of social exclusion and denial of rights. Therefore, the central objective of this paper is to understand how the expressions of the social issue affect the objective reality of the black population. At this juncture, the social and historical processes that permeate and define the role given to black people in Brazilian society are analyzed and, based on this, observing the role of the State in formulating and implementing affirmative action policies, as it intervenes in the process of social and racial inequality. However, it reveals the contradictory character that governments have when striving to break the cycle of inequality, or neglecting this population.

Keywords: Racial issue. Social issue. Affirmative Action. Social welfare.

[1] Graduanda em Serviço Social, na Universidade Federal de Viçosa (UFV); vitoria.lima@ufv.br
[2] Graduanda em Serviço Social, na Universidade Federal de Viçosa (UFV); thais.cruz@ufv.br

1 INTRODUÇÃO

A formação do capitalismo mundial se estrutura pela exploração humana e material, perpassando por momentos históricos como escravidão, genocídio e exploração, dependência de países periféricos à países centrais, se mantendo pela diferenciação dos seres humanos por classe, raça, etnia, gênero e regionalidade.

É nessa conjuntura em que surge a questão social, compreendida como um conjunto de expressões da desigualdade social, que se consuma na sociedade capitalista a partir do desemprego, violência, insegurança alimentar, criminalidade, entre outros. Dessa forma, a questão social é analisada como intrínseca ao processo de acumulação capitalista, sendo um dos efeitos que produz o conjunto das classes sociais.

Elencado a isto, Iamamoto (2001) explica que o regime capitalista em sua dinâmica, produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam. No Brasil, o contexto do surgimento da questão social desenrola-se com a generalização do trabalho livre, separação do homem dos meios de produção, em uma sociedade em que a escravidão ainda tem marcas profundas.

Em conjunto a esse processo, surge a luta de classes, compreendida não somente como o conflito entre as classes, advindo da economia e trabalho dependentes, mas esta também deve ser analisada como a exploração de um país por outro. O Estado por sua vez, a partir da luta da classe trabalhadora, reconhece a questão social e implementa políticas públicas, visando o enfrentamento às mazelas.

Todavia, torna-se necessário compreender que o Brasil tem em sua formação características específicas de países latino-americanos, advindas do colonialismo e suas refrações na atualidade, como o racismo e suas dimensões. Por isso, torna-se essencial a relação entre questão racial e questão social, para a compreensão das políticas públicas no país.

Nessa perspectiva, é válido realizar alguns apontamentos sobre a subalternização da população negra, o que faz com que esta se torne a maioria da classe trabalhadora. Equivalente a dizer que a classe trabalhadora tem cor e gênero definidos, sendo estes os principais usuários de políticas públicas no país. Por isso, a presente pesquisa se objetiva a compreender como as expressões da questão social atingem a realidade objetiva da população negra.

A pesquisa se propõe a discutir a temática através de três eixos centrais, sendo o primeiro a análise da questão social na América Latina, visando expor esse processo relacionando-o com a formação sócio histórica do Brasil; o segundo expõe a relação entre raça, classe e a necessidade do debate; e por fim, é enfatizado a correlação entre as políticas públicas e sua materialização para a população negra, por meio de ações afirmativas.

2 A QUESTÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

A expressão questão social surge visando materializar um fenômeno que se iniciava na Inglaterra, no auge da industrialização, o pauperismo. Com a expansão da acumulação capitalista, a produção de riquezas aumentava ao mesmo instante em que a pobreza tornava-se um fenômeno generalizado. (NETTO, 2011) De tal maneira, a questão social tornou-se um fenômeno novo, mesmo que a pobreza advinda da dinâmica entre as camadas sociais não fosse.

Iamamoto (2001, p. 16-17) compreende por questão social o:

> [...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. [...] expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

No final do século XIX, Netto (2011) afirma que o capitalismo passava por profundas transformações em sua dinâmica e estrutura, envolvendo não somente as

esferas econômicas da sociedade, como também políticas e sociais. Nessa conjuntura, aponta-se como a gênese da questão social aos desdobros que a acumulação primitiva do capital, descrita por Marx (1984) como o processo de separação do produtor, e os meios de produção.

A Europa no século XIX pode ser analisada como o berço da questão social, acompanhando a onda de industrialização que aumentava a capacidade produtiva, acumulando bens e insumos na mão de alguns poucos, ao passo que a pobreza crescia para muitos. (NETTO, 2011) Enquanto no Brasil, a compreensão da "questão social" perpassa por sua formação sócio-histórica, além de política e econômica, baseada na concentração de terras e na escravização como forma de trabalho.

O novo padrão global, pode ser evidenciado por processos históricos excludentes e genocidas, visto que se por um lado surgia o continente europeu (dominadores), por outro estariam os países da América (dominados), fazendo com que as relações sociais se fundissem em ideais de raça, tornando socialmente uma raça superior a outra.

Se firmando nas relações de dominação, Quijano (2005) explica que surgem identidades sociais, associadas diretamente à hierarquia da vida social, fazendo com que cada indivíduo classificado tenha lugares e papéis sociais correspondentes. Esse processo fez com que a raça e a identidade racial, tornassem formas de classificação social básica da população.

> A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (QUIJANO, 2005, p. 118)

A partir desse processo de constituição histórica da América, como colônias exploradas do continente europeu, se modificam as formas de controle e exploração do trabalho. O capitalismo se intensifica e moderniza-se, criando uma nova estrutura de controle do trabalho, ligado à relação entre capital e salário, modificando o mundo do trabalho.

Esse novo padrão global gerado pelo capitalismo cria raízes histórico estruturais, tornando-se conhecido por capitalismo mundial. Essas novas relações de poder, são geradas e baseadas pela colonização latente entre os países da América, em especial a América Latina.

Marini (2017) exemplifica o processo de desenvolvimento em que a América Latina perpassa, como uma importante antecipação ao capitalismo nascente, considerando-a uma grande colônia produtora de metais preciosos, expandindo o fluxo de mercadorias e a expansão de pagamento, permitindo o desenvolvimento do capital bancário e comercial da Europa.

Dessa forma, entende-se que a América Latina enquanto colônia, propicia caminhos para a criação da grande indústria, mas para além dos produtos de bens primários, esse processo foi estruturado na mão de obra escrava, explorando-se inicialmente indígenas e seus territórios, para posteriormente, sequestrar pessoas por todo o continente Africano, constituindo um complexo comercio de pessoas escravizadas.

Elencado a isto, Nascimento (2016) explica que no Brasil, por volta de 1535 o comércio escravo de africanos já estava regularizado, organizado e aumentando exponencialmente suas proporções.

> O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. [...] o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se auto-degradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal. (NASCIMENTO, 2016, p. 59)

Entre as bases históricas responsáveis pelo surgimento da grande indústria, a farta disponibilidade de produtos agrícolas, por meio da colonização, exploração e dependência criada aos países latino-americanos subalternos, com sua mão de obra barata, facilitou o crescimento de maneira qualitativa do mercado mundial.

Em um período de pós abolição, em que a sociedade brasileira passava por seu processo de industrialização tardia e formação da classe trabalhadora, a questão social se torna

> [...] objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a "questão social" se põe como alvo de políticas sociais. (NETTO, 2011, p. 29)

Válido apontar que a interferência estatal neoliberal, no Modo de Produção Capitalista, se realiza por meio da intervenção mínima, porém contínua e estratégica, focalizando em sequelas da questão social e suas expressões. (NETTO, 2011) É através das políticas públicas em que o Estado administra as expressões da questão social, visando atender às demandas do capitalismo, enquanto realiza intervenções fragmentadas na sociedade. Afinal, colocar a "questão social" como algo a ser combatido é afirmar sua gênese (relação capital x trabalho) e suas facetas de exploração da classe trabalhadora, colocando em entrave a elite brasileira.

Todavia, considerando que o capitalismo no Brasil se consolida com bases escravocratas, oprimindo e negando direitos ao povo negro, faz-se necessário compreender a relação entre questão social e questão racial, visto que estas estruturam as relações sociais que permeiam o desenvolvimento da sociedade brasileira. O racismo como processo político e histórico, moldou as relações que se seguiram, mesmo após a abolição da escravatura e industrialização tardia do país.

Por isso, não há como realizar a discussão de classe, sem compreender seus pressupostos históricos, sendo o racismo algo criado a partir das relações de dominação, criadas para justificar tal exploração. Segundo Quijano (2005), "ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutualmente", encontra-se aqui a importância de analisar a relação existente entre raça e classe, propiciando um melhor entendimento da atual realidade brasileira e a população negra.

2.1 Relação de raça e classe

Segundo Ianni (1989:68 e 69 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 72), analisar a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo, características da formação brasileira, é compreender que a sociedade e economia brasileira, se organiza para fora, vivendo à margem de flutuações de interesses do capital exterior. Elencado a isso, a questão social manifestada pelo alto índice de pauperismo, ao ser reconhecida pelo Estado, deixou de lado uma grande parte da população, a negra.

> Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado, e a igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem. (NASCIMENTO, 2016, p. 79)

Para a elite brasileira, a abolição tornou-se uma necessidade, considerando que nesse momento a mão de obra negra já não era requisitada, pois era denominada como inferior e atrasada, sendo prejudicial ao progresso do país. A escravidão representava uma irregularidade, em uma sociedade que procurava se expandir.

Martins (2012) explica que a transição do trabalho escravo ao trabalho livre no Brasil aconteceu na redefinição das relações de produção nos moldes capitalistas, colocando a raça no centro das relações de produção do país. Com isso, entende-se que a raça foi um dos componentes essenciais para o desenvolvimento econômico do país.

Sendo assim, a libertação de pessoas escravizadas não alterou a estrutura social, baseada na desumanização da população negra que residia no Brasil. Considerando as especificidades da questão social brasileira, torna-se necessário compreender que a questão racial não é uma expressão da questão social, visto que no contexto brasileiro, esta sucedeu e sustentou o antagonismo entre as classes.

Ao ser jogado na rua, o negro após a abolição não se inseriu na classe trabalhadora, pois não era considerado mão de obra qualificada, se tornando sucetível a esferas marginais, vivendo em ocupações degradantes e irregulares. Sem terra e emprego assalariado, “os(as) negros(as) ou estavam destinados a morrer, com vidas nuas, supérfluas e, portanto, facilmente descartáveis ou se constituíam como um viveiro de mão-de-obra barata, como reserva da reserva” (GONÇALVES, 2018, p. 518).

O processo de industrialização brasileiro ao perpassar pela formação da classe trabalhadora, atravessa também pela forma em que o negro encontrava-se no período, que impedidos de participar de tal processo, eram obrigados a viver em condições subhumanas e precárias. Gonçalves (2018) explicita que nesse momento, a população negra se tornava alvo da caridade (e de certa eugenia), sendo esta proposta pelo Estado, materializada pelo Serviço Social por meio da assistência. Tal intervenção era considerada um embate da categoria às classes perigosas que residiam em favelas e cortiços nas grandes cidades.

A compreensão da constituição da classe trabalhadora não deve ser analisada sem considerar as múltiplas determinações desse processo de exclusão da população negra, como Gonçalves (2018, p. 519) aponta, “a questão racial é, insistimos, o nó da questão social, e ganha novos contornos nos dias atuais”.

A construção da consciência de classe, por meio da leitura da realidade social brasileira deve perpassar as discussões e acirramentos classistas, se fundamentando também às relações de gênero e raça oriundas do patriarcado e racismo enraizado no país. Ademais, diariamente a população negra é colocada em locais de desumanização, ocupando a maioria nas prisões, altos índices de homicídio e maiores taxas de desocupação, se comparados a brancos.

Partindo do pressuposto de que o processo de materialização da política social, está diretamente relacionado à luta de classes, Behring e Boschetti (2016, p. 80) explanam a necessidade de se considerar

> [...] que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social.

Nessa perspectiva, sendo a identidade nacional forjada em estruturas de poder, como o racismo, torna-se evidente a necessidade da vinculação da questão social à questão racial. Tendo em vista que, historicamente a população negra vivencia situações de vulnerabilidade, transfigura-se válido apontar: qual a cor das pessoas que vivem em cárcere? Qual a cor das pessoas em locais periféricos? Qual a cor dos usuários da Assistência Social? A classe trabalhadora tem cor no Brasil.

2.2 Políticas públicas e a população negra

Diante da realidade social que a formação sócio histórica brasileira e a questão social trazem para a vida da pessoa negra neste país, faz-se necessário a intervenção estatal, por meio de políticas públicas de cunho social, a fim de diminuir os processos de desigualdade social gerados, assim como diminuir os impactos do racismo estrutural e institucional.

Um dos caminhos para a minimização deste processo sistêmico de opressões são as políticas de ações afirmativas, definidas por Gomes (2005, p. 49) como:

> [...] políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

A inserção das ações afirmativas aparece como uma forma de integrar pessoas pertencentes a grupos minoritários, acessando direitos básicos que historicamente não lhes foram garantidos, como educação e emprego, além de

apresentar uma representatividade nestes espaços, que anteriormente não ocorreria (GOMES, 2005).

Um importante passo para que estas políticas se efetivem e materializem são os esforços dos governos, para sua execução. Na década de 1980, com a efervescência política e o tensionamento das forças populares por mais direitos que reduzissem as desigualdades sociais, culminaram na Constituição Federal que trouxe diversos avanços e serviu de base para criação de diversas políticas sociais. Posteriormente, hoje vê-se com o avanço do neoliberalismo e do conservadorismo no país um retrocesso dessas conquistas históricas.

Behring (2009, p. 315 - 316) aponta que

> As políticas sociais são concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus elementos envolvidos na questão. No período de expansão, a margem de negociação se amplia; na recessão, ela se restringe.

O atual governo federal do Brasil, representa esta tendência ao ultraconservadorismo, tendo uma ideologia como apontam Dalmonte e Dibai (2019) baseada em cinco aspectos principais, sendo eles: nacionalismo, Estado forte, antidemocracia, xenofobia e racismo. Em seus discursos, ao citar a questão racial, o governante expressa sua contrariedade às ações afirmativas, utilizando-se até de termos pejorativos para descrever seus usuários (DALMONTE; DIBAI, 2019).

O ideal de um Estado que atua com políticas de cunho neoliberal, cada vez mais seletivas e focalizadas, em junção à um líder que profere racismos de forma generalizada, principalmente em um país cuja maior parte da população é negra, restringe a atuação, manutenção e geração de políticas, que atendam às reais necessidades do povo.

Considerando que, conforme Amaro (2005, p. 59), a ocorrência da pobreza não é um fenômeno “democraticamente distribuído entre as raças”, a mesma aparece como uma expressão das correlações de forças que formatam este sistema, e acaba por atingir os negros em sua maioria. Com a dificuldade de

formulação de leis e políticas que realmente atendam as demandas desta população e rompam com o ciclo de negação de direitos imposto a elas, com saúde, educação e emprego, o Estado acaba por atingir parcelas dessa população somente com a Política de Assistência Social (AMARO, 2005).

Contudo, vivencia-se desde 2016, com o governo de Michel Temer, um retrocesso nos avanços que a Seguridade Social, prevista na Constituição, baseada no tripé saúde, assistência social e previdência. Com o discurso de ajuste fiscal, para diminuição da dívida houveram cortes na seguridade através da Emenda Constitucional (EC) 95, cortes estes que influenciaram em uma forte diminuição de recursos da Assistência Social (COSTA, 2019).

Ocorrendo diversas modificações nas formas de avaliação dos benefícios concedidos, tratando com rigidez e punitivismo os usuários e dificultando o acesso à política. Costa (2019) aponta que o atual governo dá continuidade aos ajustes neoliberais de Temer, denotando descontinuidade no processo de garantia de direitos constitucionais, rompendo consequentemente com o desenvolvimento que os governos anteriores apresentaram entre 2003 e 2014, não só no Brasil, mas como um processo regional da América Latina.

Diante das dificuldades de materialização da política de assistência social, e do desinteresse governamental na criação e efetivação de políticas de ações afirmativas, a população negra deste país continua a viver de excluída e negligenciada.

3 CONCLUSÃO

As transformações que a crise cíclica do capital impõe ao mundo do trabalho, submete que a questão social se apresente com expressões mais duras e inflexíveis, sobretudo para a população negra. Nogueira (2004) aponta que o racismo no Brasil se desenvolve como uma prática social, institucionalizado, e que diante disto é necessária uma atuação assertiva do Estado ao combate das

desigualdades e ao acesso à políticas sociais básicas como saúde, educação e trabalho.

Contudo não compreende-se o negro enquanto uma figura passiva neste processo, assim como grande parte das conquistas de direitos no país vieram das lutas dos movimentos sociais, os direitos até aqui adquiridos pelo povo negro vem da pressão e atuação exercidas pelo movimento negro (NOGUEIRA, 2004).

Verifica-se, entretanto, que mesmo diante dos esforços do movimento negro para preservação, manuntenção e criação de políticas que amparem uma vida mais plena e uma sociedade menos desigual, é de suma importância a presença de governos que trabalhem no sentido de garantia de direitos, e não de supressão dos mesmos.

As políticas exercidas pelo atual governo federal vem em uma perspectiva punitivista, que além de não garantir visa desarticular os espaços de controle social, afastando a população das esferas de diálogos e decisões, logo enfraquecendo as organizações. Há sobretudo uma continuidade na institucionalização do racismo neste meio, segregando e excluindo ainda mais o sujeito negro do acesso a políticas e serviços. Quando direitos são perdidos, a população preta e pobre sente primeiro.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. **Ser. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 81 p.58 - 81, jan. - mar. 2005

BEHRING, E. R. Política social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 302-321.

COSTA. Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão** - Ano XX - nº 38 - Mai a Ago/2017. p. 227 - 246. Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_12_Costa.pdf> Acesso em mar. 2021

DALMONTE, Edson ; DIBAI, Priscilla A direita radical 'bolsonarista': da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção. In: **IdeAs** [Online], 14 | 2019 Disponível em <http://journals.openedition.org/ideas/6895> Acesso abr. 2021

GOMES, Joaquim Barbosa. A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**/ Organizador, Sales Augusto dos Santos – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal:** marxismo e educação em debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da "questão social" no Brasil.* Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, p. 222. 2012.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, Cap. XXIV, p.261 - 294.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** Processo de um Racismo Mascarado. 3. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, João Carlos. Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. In: **Política e Sociedade.** N5, Santa Catarina, 2004. p. 89 - 99.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Argentina: CLACSO, 2005. p.107-130.